

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Ata da 19ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Economia Solidária do Estado do Paraná,  
2 coordenada pela representante da Presidência, **Amanda Correia dos Santos** (SETR), realizada  
3 no dia 11 de Junho de 2024, com início às 14:00 horas, no Palácio das Araucárias – Curitiba, Rua  
4 Jacy Loureiro de Campos s/nº, CEP **82590-300**, Curitiba/PR. Participaram os seguintes  
5 representantes das entidades que compõem o Conselho Estadual da Economia Solidária – CEES:  
6 Amanda Correia dos Santos Coordenadora de Apoio e Geração e Renda (SETR) e **representante**  
7 **do presidente, Secretário Mauro Moraes (Resolução 3932/2024)**; Maria Luísa Carvalho,  
8 representante da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária  
9 – RIU/PR; Valdenir Batista Veloso Neto, representante da Secretaria da Agricultura e  
10 Abastecimento; Maria de Fátima de Costamilan, representante da ONG Moradia e Cidadania  
11 Paraná, Tânia Mara Jubanski dos Santos, representante da Rede Paranaense de Economia  
12 Solidária / Rede Mandala. Rosângela Rigoni, representante da Cáritas Brasileira – Regional  
13 Paraná; Edson Leonardo Pilati, representante pela rede Cooperativa Mista de Agra  
14 industrialização Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Copernaturingá;  
15 **Suplentes:** Desireé Barbosa Santiago (SUDIS); **Convidados:** Adriana Kampa, Diretora do  
16 Trabalho Qualificação e Renda, Cássio Strapasson, Coordenador do Trabalho e Emprego, Durce  
17 Figueredo representante do Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria, Marcia e Vladimir  
18 Rede de Gestores, tendo como **pauta: 1. Abertura Reunião Ordinária do Conselho Estadual**  
19 **de Economia Solidária do Paraná, com aprovação das atas, 2. Justificativa da ausência, 3.**  
20 **Mandatos conselheiros Biênio 2024/2025. 4. Aprovação da Ata 17ª Reunião Ordinária, 5.**  
21 **Assinatura das Atas 13ª, 14ª e 15ª Ordinária e a 4ª, 5ª, e 6ª Extraordinária, 6. Organização**  
22 **Grupos Temáticos e comissões de Trabalho, I – Comissão de Trabalho Industrial; II – Comissão**  
23 **de Trabalho de Mapeamento, Cadastro e Certificação; III – Comissão de Trabalho de**  
24 **Formação; 7. Atualização Regimento Interno CEES, 8. Aprovação do Calendário de Reuniões**  
25 **2º Semestre, 9. Encerramento da Reunião. Pauta. 1.** Amanda inicia a reunião saudando todos  
26 os participantes e, com a confirmação do quórum, lê as pautas e pede aprovação dos  
27 conselheiros. **Pauta. 2.** Ela relata as justificativas de ausência, mencionando que o conselheiro  
28 Rodriano justificou, mas outros conselheiros que não estão presentes não justificaram.  
29 Conselheira Maria Luisa questiona por que Amanda, como suplente, está dirigindo a reunião,  
30 uma vez que comunicou no grupo do conselho que assumiria outra coordenação, enquanto  
31 Cássio assumiria a Coordenação de Apoio à Geração de Emprego e Renda. Conselheira Maria de  
32 Fátima questiona a ausência da Conferência Estadual de Economia Solidária na pauta,  
33 destacando que esse processo já está em andamento nacionalmente. Suplente Amanda  
34 esclarece o questionamento da conselheira Maria Luisa, sobre a mudança de coordenação,  
35 explicando que Cássio agora é o coordenador de apoio à geração de renda, enquanto ela  
36 assumiu a coordenação de projetos. Ela relembra que o presidente Mauro Moraes foi  
37 oficializado por resolução e decreto, e não há uma mesa diretiva no conselho. A mesma explica  
38 sobre a secretária executiva onde Alda é a titular, e anteriormente Douglas era o suplente, com  
39 a saída de Douglas da secretaria a coordenação auxilia a Alda, com a servidora Thalita  
40 acompanhando as reuniões e auxiliando na execução das atas, destaca que ela foi designada  
41 por ser do Governo estatutário. Em relação à conferência, informa que está em diálogo interno  
42 na secretaria e que já houve conversas com o diretor geral e o conselheiro Rodriano, também

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

43 conversou com o secretário Mauro Moraes e do diretor geral Kevin. Essas informações estão  
44 sendo passadas para o coordenador Cássio, que tratará da conferência junto com a diretoria  
45 geral, e estão aguardando o parecer da diretora Adriana. Conselheira Maria Fátima expressa  
46 compreensão sobre os esclarecimentos de Amanda, mas ressalta sua discordância com a  
47 condução do processo, especialmente sobre o decreto e a resolução que extinguiu a mesa  
48 diretiva. Ela argumenta que a mesa foi constituída democraticamente com a participação de  
49 todos os segmentos, sendo essencial para a organização, independentemente de recursos  
50 financeiros. Destaca que o regulamento foi construído coletivamente e prevê o rodízio na  
51 presidência e vice-presidência, o que foi extinto. Questiona a representação da vice-  
52 presidência, antes ocupada pela entidade de apoio presidida por Maria Luisa, e critica o  
53 constante rodízio de lideranças, mencionando que já estão no oitavo presidente e que o atual  
54 não preside efetivamente, a mesma enfatiza a necessidade de respeito mútuo entre o governo  
55 e a sociedade civil, questionando a falta de respeito pelo nome da presidente. Afirma que é  
56 difícil conduzir o processo dessa forma e que a conferência deve ser tratada no conselho, não  
57 internamente, pois já está atrasada nos municípios. Acrescenta que o governo está  
58 desconsiderando o processo nacional e a legislação, bem como os conselheiros da sociedade  
59 civil, que são voluntários e dedicados ao processo da economia solidária, conselheira Maria  
60 Luisa compartilha um parecer do Ministério Público do Paraná sobre o conselho, ressaltando  
61 que são espaços públicos permanentes, autônomos nas suas decisões, e que, embora ligados  
62 ao Poder Executivo, não são subordinados a ele. Conselheiro Edson informa sobre a construção  
63 da conferência Macro Regional da Economia Solidária em Maringá, marcada para 10/08/2024,  
64 e que uma comissão local já foi instituída para sua convocação oficial. Conselheira Maria Luisa  
65 acrescenta outro trecho do parecer do ministério público onde fala que são criados por meio de  
66 leis e seus regimentos ou regulamentos são definidos pelos conselheiros, e que a emergência  
67 dos conselheiros é importante para a consolidação de uma cultura cidadã, na medida em que  
68 viabiliza a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, bem como  
69 constitui um espaço pedagógico de exercício da participação, suplente Amanda responde a  
70 Maria de Fátima, esclarecendo que quando menciona a questão da conferência está sendo  
71 tratada internamente, ela se refere ao gerenciamento dos recursos necessários, mas concorda  
72 que a conferência deve ser debatida no conselho. Sugere incluir o tema na pauta e agendar  
73 uma reunião com o Diretor Geral Kevin para discutir sobre o decreto. Conselheira Maria de  
74 Fátima insiste que a reunião sobre a conferência deve ser extraordinária do conselho, não com  
75 o Diretor Geral, e que deve ser formada e publicada oficialmente uma comissão para organizar  
76 a conferência estadual, a mesma defende que a vice-presidência, atualmente representada por  
77 Maria Luisa, deve ser reconduzida ao seu posto. Ela esclarece que a vice-presidência não tem  
78 relação com recursos financeiros. Conselheira Rosangela sugere incluir a pauta da conferência  
79 na reunião, mencionando que o Fórum Paranaense teve uma reunião com o Fórum Brasileiro  
80 de Economia Solidária, o Fórum Paranaense irá organizar e coordenar a conferência e pergunta  
81 se o governo do estado deseja contribuir e ser parceiro na construção da conferência, a mesma  
82 lamenta a falta de apoio efetivo do governo, destacando o desgaste enfrentado pela sociedade  
83 civil e a importância de avançar no fortalecimento do Cadastro Nacional da Economia Solidária  
84 (CADSOL), menciona que é um ano eleitoral e adverte que o Governo do Estado do Paraná

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

85 precisa estar ciente das consequências de não trabalhar efetivamente com os  
86 empreendimentos de economia solidária. Conselheira Maria Luisa expressa incerteza sobre a  
87 efetiva existência do conselho, mesmo com documentos oficiais indicando a prorrogação da  
88 gestão ela menciona a sugestão do conselheiro Valdenir Neto para buscar assistência jurídica  
89 sobre o decreto que estabelece a presidência do conselho sob controle do governo. Ela lê  
90 trechos pertinentes do site do Ministério Público do Paraná, reforçando que a governança do  
91 conselho deve ser independente e que a presidência não deve ser exercida unilateralmente  
92 pelo governo, a mesma destaca que o regimento interno do conselho foi construído em  
93 parceria com o governo, e prevê alternância na presidência e vice-presidência. Ela critica a  
94 emissão de decretos unilaterais pelo governo, afirmando que isso mina a legitimidade e  
95 autonomia do conselho, tornando inúteis as reuniões e decisões do conselho. Ela expressa  
96 constrangimento pela presença de representantes do governo que não estão tomando as  
97 decisões controversas e questiona a validade das pautas sem uma presidência legítima. **Pauta.**  
98 **3.** Suplente Amanda reafirma que a constituição do conselho está de acordo com o decreto  
99 5518 de Abril de 2024 e que todos os conselheiros foram nomeados conforme a legislação  
100 vigente, incluindo a capacidade dos conselheiros de deliberar, a mesma menciona que a  
101 resolução N° 020/2024 permite que, na ausência do presidente, um representante nomeado  
102 assumira a presidência temporariamente. Ela destaca que sua atuação está conforme essa  
103 resolução e que, com quórum presente, as deliberações devem continuar. Conselheira Maria  
104 Luisa responde que, segundo o regimento do conselho, na ausência do presidente, o vice deve  
105 presidir a reunião, não um representante nomeado, **4. Aprovação das Atas 17ª.** Suplente  
106 Amanda destaca que, após a aprovação, as atas são encaminhadas aos conselheiros por  
107 protocolo para assinatura digital, permitindo sua publicação no site da secretaria e no site do  
108 conselho, relata que algumas atas ainda não estão disponíveis devido à falta de assinaturas na  
109 qual se refere as atas: **13ª, 14ª, 15ª ordinárias e 4ª, 5ª, 6ª extraordinárias,** As atas já foram  
110 aprovadas em reuniões anteriores, **5. Assinatura das atas.** A mesma fala da falta da assinatura  
111 no eProtocolo dos seguintes conselheiros: **Ronaldo e Maria Luisa:** 13ª, 14ª, 15ª ordinária e 4ª,  
112 5ª, 6ª extraordinária. **Edson e Maria de Fátima:** 13ª, 14ª, 15ª ordinária e 5ª extraordinária.  
113 **Rosângela:** 14ª, 15ª, 16ª ordinária e 5ª, 6ª extraordinária. E solicita aos conselheiros  
114 mencionados que assinem as atas pendentes para permitir a publicação no site, ela se coloca à  
115 disposição para ajudar caso haja dúvidas sobre o processo de assinatura no eProtocolo.  
116 Conselheira Rosângela menciona que, embora tenham ocorrido vários debates em reuniões  
117 anteriores, não houve a aprovação dessas atas, Ela enfatiza que não aprova as atas,  
118 especialmente considerando a destituição democrática ocorrida e os comentários, destaca que  
119 sem a presença de um vice-presidente, conforme mencionado por Maria Luisa, não se pode  
120 aprovar as atas anteriores, e que estão no mesmo debate há muito tempo, fala que se sente  
121 lesada e não concorda com os textos apresentados nas atas que fazer uma reunião online e  
122 concordar com o que falamos e fazer da forma que quer é extremamente antidemocrático não  
123 existe debate com quem não quer debater, ela declara que não assinará as atas porque não  
124 concorda com elas e se sente prejudicada pela maneira como o processo está sendo conduzido,  
125 a mesma menciona um vácuo de um ano e meio com mudanças na presidência do conselho, ela  
126 reitera que só assinará as atas se houver consenso entre os conselheiros. Suplente Amanda

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

127 confirma que, durante a aprovação das atas, não houve manifestações contrárias, por isso  
128 foram consideradas aprovadas, e que as atas referem-se a reuniões anteriores. Lembra a  
129 reunião presencial de dezembro de 2023, onde Maria Luisa trouxe alterações nas atas, que  
130 foram feitas e encaminhadas novamente para aprovação, as atas das 17ª e 18ª reuniões foram  
131 consideradas aprovadas sem oposição, conselheiras Rosangela Argumenta que incluir falas nas  
132 atas não reflete a aceitação, mas silenciamento. Critica a condução do governo no conselho e  
133 ressalta o desgaste contínuo, mencionando que foi necessário recorrer ao Ministério Público  
134 para legitimar o conselho, e reitera que, na presente reunião, suas falas estarão registradas,  
135 mas o governo continuará agindo conforme sua própria vontade, relata que nenhuma ata foi  
136 aprovada até o momento e menciona as tentativas de Maria de Fátima e Maria Luisa de falar  
137 sobre o mesmo ponto, Conselheiro Edson expressa preocupação com a falta de progresso nas  
138 pautas e a divergência fundamental quanto à legalidade das ações tomadas. Menciona a  
139 importância da fala de Maria Luisa sobre a constitucionalidade dos atos do conselho. Destaca  
140 que o decreto do secretário que destituiu a sociedade civil da mesa diretiva e instituiu o  
141 Governo como presidência vitalícia é autoritário. Enfatiza a necessidade de ouvir e respeitar a  
142 sociedade civil e critica a ineficácia do conselho nos últimos dois anos e meio. Anuncia sua saída  
143 do conselho e sugere substituições na representação, conselheira Maria Luisa critica a  
144 insistência do governo em manter a presidência apesar de a constituição e o regimento interno  
145 do conselho indicar o contrário, **6. Comissão de Trabalho.** Suplente Amanda destaca a  
146 importância de retomar a discussão sobre comissões temáticas de trabalho e menciona que  
147 entidades não pessoas, devem ser nomeadas para essas comissões. Ela acredita que a  
148 retomada dessas comissões pode melhorar o andamento das reuniões e enfatiza a necessidade  
149 de atualizar o Regimento Interno do conselho, e acrescenta as comissões os grupos temáticos  
150 nas quais são; **a comissão de trabalho institucional:** ONG Moradia e Cidadania, Secretaria de  
151 Agricultura e Abastecimento Rede Paranaense de Economia Solidária Campos Cidade Rede  
152 Mandala, Secretaria de Estado e Trabalho Qualificação e Renda, Centro Integrado de Psicologia  
153 e Psiquiatria Rede de Gestores de Paçandu, **Mapeamento, Cadastro e Certificação:** Káritas  
154 Brasileira Regional Paraná, Redes de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à  
155 Economia Solidária do Paraná. Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS),  
156 Cooperativa Mista de Agro industrialização e Comercialização da Agricultura Familiar Reforma  
157 Agrária, Secretaria do Trabalho Qualificação e Renda: **Comissão de Trabalho de Formação:**  
158 Associação dos Artesanais de Cascavel, Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda,  
159 Rede de Incubadores Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná,  
160 Cooperativa Mista de Agroindustrialização e Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma  
161 Agrária, e Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, a mesma acredita que a  
162 retomada das comissões pode melhorar o andamento das reuniões e permitir discussões  
163 específicas sobre assuntos pertinentes. Lembra que estava à frente da Comissão de Trabalho de  
164 Mapeamento, Cadastro e Certificação, especialmente nas reuniões sobre o CADSOL. Enfatiza a  
165 necessidade de retomar essas questões e também a Comissão de Formação e Trabalho  
166 Institucional, considerando a atualização do Regimento Interno devido a novas legislações e  
167 decretos, Menciona que a última atualização sobre o CADSOL indicou que Renata não é mais  
168 responsável, sendo substituída por outra servidora do governo federal, mas não há respostas

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

169 recentes sobre isso. Acredita que o Conselho Nacional pode ajudar no diálogo com as SENAS,  
170 sugere que a conferência pode ser debatida dentro de uma dessas comissões, deliberar sobre a  
171 continuidade das comissões, alinhando horários e dias para reuniões, propondo terça-feira às 9  
172 horas da manhã como uma possível opção. Conselheira Maria Luisa continua não vendo sentido  
173 em prosseguir com as deliberações sem revisar o regimento interno. Ela sugere verificar sua  
174 validade ou necessidade de alterações para se adequar aos decretos do governo, mencionando  
175 que o cadastro agora é nacional e que as últimas regulamentações retiram do conselho  
176 responsabilidades de credenciamento e cadastro. Propõe uma reunião extraordinária para  
177 debater os decretos com representantes do Ministério Público, assegurando a conformidade  
178 com as funções do conselho. Questiona a validade do conselho e critica a retirada da  
179 participação efetiva da sociedade civil por meio de decretos. Considera inúteis as reuniões sem  
180 clareza sobre o papel do conselho e de suas comissões, questionando o que podem decidir e  
181 deliberar. Durce Figueredo questiona sobre o regimento precisar se adaptar aos decretos, mas  
182 argumenta que deveria ser o contrário. Critica qual o papel que estão fazendo no conselho e a  
183 necessidade de debater algo já imposto por decreto fala não ver sentido em uma comissão  
184 debater o regimento apenas para adaptá-lo a correções feitas de forma autoritária e  
185 antidemocrática. Conselheira Maria de Fátima ressalta a importância das comissões para  
186 garantir a representação adequada. Acredita que, como já foi dito por Maria Luisa, Durce  
187 Figueredo, é necessário primeiro resolver questões fundamentais para garantir uma gestão  
188 transparente e democrática. Menciona que o conselho não pode funcionar da maneira que  
189 está. Refere-se a uma reunião no Palácio com o coordenador da Frente Parlamentar, o  
190 professor Lemos, o Deputado Mauro Moraes, e o diretor-geral Kevin, onde discutiram sobre  
191 decreto que desestruturou o trabalho do conselho. A situação piorou com uma nova resolução  
192 que destituiu a mesa diretiva e a figura única da presidência, criando mais desarmonização.  
193 Destaca que não podem continuar o trabalho sem resolver essas questões, pois o governo  
194 parece estar fazendo oposição ao funcionamento democrático do conselho. É necessário  
195 resolver a questão da legitimidade do conselho antes de prosseguir, a mesma critica as atas não  
196 assinadas por não registrarem todas as informações necessárias, especialmente divergências e  
197 discordâncias. As atas devem refletir a realidade das reuniões, incluindo todas as opiniões e  
198 contextos. A falta de fidelidade nas atas causa desconforto em assinar documentos que não  
199 relatam as discordâncias ocorridas, ressalta que todos os membros têm credibilidade em  
200 instâncias de governo ou na sociedade civil, trabalhando de maneira verdadeira. A mesa  
201 diretiva precisa ser reconstituída e a comissão para a organização da conferência deve ser  
202 montada com representações das macro-regiões do conselho. Ela acredita que não adianta  
203 tratar de CADSOL ou comissões quando o assunto mais grave é a revogação do decreto, ela  
204 enfatiza que o diretor Kevin, com legitimidade conferida pelo secretário de estado, afirmou que  
205 pontos do decreto podem ser reformulados, excluindo o fundo de economia solidária ou a  
206 parte financeira. No entanto, o decreto retirou praticamente todas as possibilidades de atuação  
207 do conselho: ele não delibera mais, não participa da certificação, entre outras funções, um  
208 conselho que não pode trabalhar não tem propósito. Não estamos aqui apenas para participar  
209 de reuniões, ouvir, assinar atas e concordar com tudo. O foco deve ser a conferência, a  
210 formação de uma comissão oficial e a rápida criação do regulamento da conferência que

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

211 norteará todas as conferências municipais e regionais no estado. Suplente Amanda destaca que  
212 o diretor Kevin se dispôs a discutir o decreto e propõe definir uma data para essa reunião. Ela  
213 também sugere uma reunião extraordinária focada na Conferência Estadual de Economia  
214 Solidária, e complementa o que a conselheira Maria de Fátima mencionou sobre as atas, ela  
215 esclarecer que as atas são encaminhadas para todos uma semana antes da reunião, para que  
216 possam revisar e apontar qualquer insatisfação ou correção necessária. Fala que as atas  
217 geralmente têm sete a nove páginas de registro, e procura garantir que todas as falas e  
218 opiniões expressas estejam devidamente registradas. No entanto se por algum descuido  
219 houver omissão de alguma fala ou acontecimento da reunião, peço que nos informem por e-  
220 mail. Faremos a revisão necessária e traremos a ata corrigida para aprovação, as atas só são  
221 assinadas após aprovação de todos, motivo pelo qual as últimas atas não foram para o site  
222 ainda, pois estou aguardando a aprovação de vocês., a mesma menciona a importância de  
223 revisar e aprovar as atas anteriores, garantindo que todos os pontos e divergências estejam  
224 corretamente registrados. Diretora Adriana agradece a presença e colaboração de todos. Ela  
225 relata que participou da primeira reunião com o doutor Olímpio, onde ele destacou a  
226 importância de ajustes na documentação, não sua desnecessidade. Desde então, o diretor geral  
227 Kevin se colocou à disposição para discutir o decreto, e essa oferta continua válida e menciona  
228 que a Secretaria está em um momento de reorganização e que o acompanhamento do CADSOL  
229 continua, com alguns cadastros ativos já em funcionamento. Ela discorda da visão de que o  
230 conselho é pro forma, destacando avanços passados, como a organização de feiras e doações  
231 de equipamentos. Adriana enfatiza a necessidade de participação ativa do conselho,  
232 mencionando várias proposições enviadas para deliberação e utilização de verbas estaduais,  
233 também reforça a importância de reuniões descentralizadas e a realização da conferência, que  
234 já foi acordada e analisada. Ela menciona que não receberam ainda verbas federais para a  
235 administração do conselho, mas estão esperando a aprovação de um projeto de fomento e  
236 renda através do FAT. Ela esclarece que o Conselho do Trabalho atua com base no Fundo de  
237 Amparo ao Trabalhador, Ela pede que verifiquem as atas, agradece a Amanda pelo tempo  
238 dedicado e acredita que podem progredir em relação ao calendário das reuniões  
239 descentralizadas do Conselho de Economia Solidária. Suplente Amanda sugere marcar a  
240 reunião com o diretor geral Kevin para o dia 18/06/2024. No entanto, a Conselheira Maria Luisa  
241 prefere a semana do dia 25/06/2024 devido a compromissos de concurso, Durce Figueredo  
242 menciona que estão aguardando o chamamento para a conferência estadual. Como ainda não  
243 sabem como ficará, a data não foi marcada. Suplente Amanda propõe o dia 26/06/2024 como  
244 uma alternativa viável. Durce Figueredo expressa preocupação com o prazo devido às  
245 conferências estaduais. Conselheira Maria Luisa menciona que o Fórum Paranaense está  
246 organizando a conferência independentemente da participação do governo. Suplente Amanda  
247 destaca a importância de alinhar, independentemente se for o Fórum ou o governo que  
248 organizará a conferência, para deliberar sobre as questões da conferência. Durce Figueredo  
249 enfatiza que a participação do Estado é crucial para aprovar o plano estadual durante a  
250 conferência, conselheira Maria Fátima esclarece a necessidade de realizar duas reuniões  
251 separadas: uma sobre o decreto e outra extraordinária sobre a conferência. Ela sugere avaliar  
252 duas ou três datas para facilitar a participação dos representantes interessados. A menos que o

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

253 Estado se recuse a participar, a sociedade civil organizaria a conferência por conta própria. Ela  
254 propõe pegar um indicativo de duas ou três datas para coordenar com os representantes.  
255 Suplente Amanda pergunta se pode ser marcada a reunião extraordinária online para a próxima  
256 terça-feira, dia 18/06/2024. Conselheira Maria de Fátima sugere indicar essa data e confirmá-la  
257 pelo grupo oficial do WhatsApp para que todos possam verificar suas agendas. Suplente  
258 Amanda menciona que enviará o agendamento da reunião extraordinária para os conselheiros  
259 e aguarda as sugestões de datas para a reunião com o diretor geral Kevin sobre o decreto,  
260 conselheiro Valdenir Neto relembra que o decreto é uma prerrogativa do governo, e que a  
261 redação final é responsabilidade do governo, conforme a lei estadual de economia solidária.  
262 Embora haja discordância de muitos conselheiros da sociedade civil em relação ao decreto  
263 atual, ele prevalece sobre o regimento interno do Conselho. Portanto, é necessário avançar nas  
264 pautas enquanto discutem possíveis ajustes no decreto. Conselheira Maria de Fátima concorda,  
265 mas relata que as constantes mudanças no governo têm dificultado o progresso do conselho,  
266 impactando o trabalho. Diretora Adriana acrescenta que, embora não tenham ocorrido oito  
267 mudanças na presidência do conselho nos mandatos anteriores, houve progressos notáveis no  
268 Conselho no ano passado, especialmente nas reuniões descentralizadas, que ampliaram o  
269 alcance. Ela parabeniza a todos do Conselho pelos avanços em 2023 e menciona a importância  
270 de continuar as reuniões descentralizadas e buscar um espaço para o centro, solicitando verbas  
271 do governo estadual. Suplente Amanda propõe agendar três reuniões descentralizadas no  
272 segundo semestre em Guarapuava, Apucarana e Pato Branco. Ela precisa confirmar as datas e  
273 enviara para os conselheiros, Conselheira Maria Luisa considera necessário discutir mais  
274 detalhadamente a proposta de sediar o conselho em cidades que tenham relevância na  
275 economia solidária, levando em conta também a rearticulação de outros movimentos locais. É  
276 crucial resolver as questões pendentes, especialmente àquelas relacionadas ao decreto que  
277 afetam diretamente a autonomia do Conselho. Conselheiro Valdenir Neto menciona que em  
278 seus conselhos segue-se uma prática similar, aproveitando que alguns municípios sediarão a  
279 Conferência de Economia Solidária para realizar reuniões simultâneas. Isso não  
280 necessariamente durante a conferência em si, mas garantindo a presença dos conselheiros.  
281 Essa abordagem fortalece os eventos locais, com a participação de representantes estaduais do  
282 governo e da sociedade civil. Portanto, devemos alinhar as reuniões descentralizadas com as  
283 conferências municipais ou regionais organizadas nos próximos meses. Suplente Amanda  
284 propõe discutir as conferências já agendadas nos municípios na próxima reunião. Agradece a  
285 participação de todos. **Deliberações:** Reunião Ordinária 09/07 em Curitiba, Reunião com o  
286 diretor Geral Kevin sobre o decreto, reunião para tratar a conferencia. **Encerrada** às 16:09 hrs a  
287 19ª Reunião Ordinária do CEES e eu, **Thalita Renata de Oliveira**, lavrei o presente ata. Curitiba,  
288 21 de junho de 2024.

289